CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS – CORE/MG

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023

ADVOGADO JÚNIOR

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO: ADVOGADO JÚNIOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões 01 e 02.

Representante comercial: uma profissão em alta no mercado

Em 2020, em um levantamento feito pelo *Linkedln* a respeito das 15 profissões que estarão em alta no país, a carreira de representante comercial ocupou a terceira posição, apresentando um crescimento de 34% em um período de quatro anos (de 2015 a 2019). Esses números também se confirmaram na prática. Já que, apenas no ano de 2022, o Sistema Confere/Cores realizou 42.744 novos registros profissionais.

No mundo dos negócios, é comum a necessidade de estabelecer conexões que viabilizem grandes negociações.

E é para realizar essas pontes, de forma estratégica e eficiente, que existe a figura dos representantes comerciais. Uma profissão que é um dos pilares da nossa economia, contribuindo para que empresas consigam levar seus produtos e serviços para novos clientes e mercados, expandindo cada vez mais seus negócios.

Ser representante comercial não é apenas ser um vendedor, mas sim um especialista em negociação, um líder de mercado. É apresentar soluções adequadas para todo tipo de negócio, impulsionar as vendas, agregar valor, conectar pessoas, abastecer o mercado e gerar mais oportunidades e empregos.

(*Texto produzido pelo Confere e publicado no site da emissora CNN. Disponível em: https://www.coremg.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Revista-do-Representante-Comercial-ago2023.pdf.)

Questão 01

Considerando as ideias e estruturas linguísticas apresentadas, é correto afirmar que:

A) O emprego da expressão "também" no 1º§ estabelece uma referência em relação à informação citada anteriormente.
B) De acordo com dados evidenciados é possível justificar a expressão da perspectiva apresentada no 3º§ acerca da profissão citada.
C) As estatísticas contribuem para que a credibilidade discursiva seja creditada ao texto de forma a orientar e persuadir o interlocutor sobre a fonte geradora de tais dados.
D) Em relação à situação hipotética citada no 1º§, pode-se afirmar que é possível observar a exposição de um posicionamento do enunciador favorável a tal perspectiva já no primeiro período do texto.

Questão 02

A linguagem conotativa pode ser muitas vezes empregada como estratégia textual, estabelecendo e ampliando sentidos de forma a contribuir para que a intenção do enunciador alcance o seu objetivo, como visto em:

I. "E é para realizar essas pontes, de forma estratégica e eficiente, que existe a figura dos representantes comerciais." (3º§)
II. "Ser representante comercial não é apenas ser um vendedor, mas sim um especialista em negociação, um líder de mercado." (4º§)
III. "Uma profissão que é um dos pilares da nossa economia, contribuindo para que empresas consigam levar seus produtos e serviços […]" (3º§)

Completa(m) corretamente o enunciado o(s) segmento(s) destacado(s) em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

Texto para responder às questões de 03 a 07.

A era digital no mundo dos negócios

A revolução digital não é mais uma tendência futurista. Ela já chegou e está transformando profundamente o mundo dos negócios. Com o avanço da tecnologia e o aumento da dependência da *internet*, os negócios tiveram que se adaptar para sobreviver e prosperar neste novo ambiente.

Não apenas as grandes empresas, mas também as pequenas e médias estão investindo em tecnologia para se tornarem mais competitivas. Desde soluções de inteligência artificial até *blockchain* e criptomoedas, as empresas estão explorando várias tecnologias para otimizar suas operações.

A forma como fazemos negócios está mudando, e é essencial acompanhar essas tendências para garantir o sucesso no futuro. [...]

A Inteligência Artificial (IA) é uma das tecnologias mais disruptivas do século XXI. Ela está revolucionando o mundo dos negócios, desde a otimização da cadeia de suprimentos até a melhoria do atendimento ao cliente.

As empresas estão usando a IA para automatizar tarefas, melhorar a eficiência e fornecer um serviço mais personalizado aos clientes. O uso da IA nos negócios não apenas aumenta a produtividade, mas também fornece *insights* valiosos que podem ser usados para tomar decisões de negócios mais informadas.

A IA está mudando a forma como fazemos negócios e está criando novas oportunidades para empresas de todos os tamanhos. A implementação de soluções de IA pode ser um diferencial competitivo para empresas que buscam inovar e se destacar no mercado.

Nesta era digital, a *cibersegurança* tornou-se um componente crítico no mundo dos negócios. À medida que as empresas se tornam cada vez mais digitais, elas também se tornam alvos de ataques cibernéticos. Dados são um ativo precioso, e protegê-los é vital para a sustentabilidade de uma empresa.

A *cibersegurança* vai além da simples instalação de *software* antivírus. Ela envolve uma abordagem holística que inclui tecnologia, processos e pessoas. As empresas precisam criar uma cultura de segurança, onde todos os funcionários entendam a importância da *cibersegurança* e participem ativamente na proteção dos dados da empresa.

Além disso, as empresas também podem aproveitar tecnologias avançadas, como a inteligência artificial e o aprendizado de máquina, para melhorar suas defesas cibernéticas. A *cibersegurança* é uma necessidade nos negócios modernos e as empresas que a levam a sério estarão mais bem equipadas para enfrentar os desafios do futuro.

(Por JB NEGÓCIOS. Publicado em 29/05/2023. Disponível em: https://www.jb.com.br/economia/informe-economico/2023/05/1037757-como-a-tecnologia-esta-transformando-o-mundo-dos-negocios.html.)

Questão 03

Considerando os elementos empregados na construção e manutenção da coesão textual, assinale a frase na qual a coesão é feita por meio de um pronome relativo, exercendo a função mencionada anteriormente.

A) "*À medida que as empresas se tornam cada vez mais digitais, elas também se tornam alvos de ataques cibernéticos*." (7º§)
B) "*A forma como fazemos negócios está mudando, e é essencial acompanhar essas tendências para garantir o sucesso no futuro*." (3º§)
C) "*Com o avanço da tecnologia e o aumento da dependência da internet, os negócios tiveram que se adaptar para sobreviver e prosperar neste novo ambiente*." (1º§)
D) "*O uso da IA nos negócios não apenas aumenta a produtividade, mas também fornece insights valiosos que podem ser usados para tomar decisões de negócios mais informadas*." (5º§)

Questão 04

Sabendo-se que, em alguns tipos e gêneros textuais, o título tem relevante função na leitura do texto, pode-se afirmar em relação ao título apresentado que:

A) Evidencia as diretrizes do texto defendendo a ideia que será desenvolvida.
B) Revela uma relação de causa e efeito que será ampliada na leitura do texto.
C) Indica o assunto textual relacionado a um marco temporal e limitação espacial.
D) Favorece a constatação do ponto de vista do enunciador desenvolvido posteriormente.

Questão 05

A reescrita da frase "*A forma como fazemos negócios está mudando, e é essencial acompanhar essas tendências para garantir o sucesso no futuro*." (3º§), cujas correções gramatical e semântica foram mantidas está indicada em:

A) "Como fazemos negócios estão mudando, portanto, será essencial acompanhar essas tendências como garantia de sucesso no futuro."
B) "A mudança na forma como fazemos negócios está ocorrendo, sendo essencial acompanhar tais tendências a fim de garantir o sucesso no futuro."
C) "A forma de como fazemos negócios está mudando, assim é preciso o acompanhamento de tais tendências como forma de garantir o sucesso no futuro."
D) "Inevitavelmente apenas a forma como fazemos negócios está mudando, sendo até mesmo essencial acompanhar essas tendências para garantir o sucesso no futuro."

Questão 06

Considerando-se a classificação do predicado – referência ao que ocorre ao sujeito – das orações, indique o parágrafo do texto em que é possível reconhecer o emprego do predicado nominal em sua totalidade.

A) 1º§.
B) 4º§.
C) 7º§.
D) 9º§.

Questão 07

Observando-se a estrutura apresentada em: "*As empresas precisam criar uma cultura de segurança, onde todos os funcionários entendam a importância da cibersegurança e participem ativamente na proteção dos dados da empresa*." (8º§) pode-se afirmar que:

A) Há uma inadequação quanto à concordância verbal estabelecida considerando as relações sintático-semânticas da frase.
B) O emprego do determinante diante de "proteção dos dados da empresa" não constitui correção de acordo com a norma gramatical.
C) A palavra "onde" foi empregada indevidamente no trecho destacado, de acordo com a norma padrão, sendo necessária sua substituição.
D) As relações de transitividades estabelecidas entre as formas verbais e os complementos estão corretamente expressas, com exceção de uma delas.

Texto para responder às questões 08 e 09.

Classificados poéticos

Troco um passarinho na gaiola
por um gavião em pleno ar
Troco um passarinho na gaiola
por uma gaivota sobre o mar
Troco um passarinho na gaiola
por uma andorinha em pleno voo
Troco um passarinho na gaiola
por uma gaiola aberta, vazia...

(Classificados poéticos. Roseana Murray, 1995. São Paulo: Moderna, 2010.)

Questão 08

Considerando-se não só a estrutura textual apresentada, mas também os elementos linguísticos e os efeitos de sentido provocados, pode-se afirmar quanto ao texto que é possível observar:

A) Sequência de ideias e sugestões visando persuadir o interlocutor.
B) Diálogo explícito entre autora e leitor em relação aos elementos poéticos empregados.
C) Fusão de gêneros diferentes com a finalidade de cumprir um determinado propósito comunicativo.
D) Hibridismo em que há emprego da linguagem verbal e não-verbal considerando-se os efeitos poéticos produzidos.

Questão 09

Depois que o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrou em vigor com uso obrigatório no Brasil, alguns vocábulos foram alterados quanto ao registro gráfico. Indique a seguir o verso em que há um exemplo que se refere ao citado anteriormente.

A) "por uma gaivota sobre o mar"
B) "por uma gaiola aberta, vazia."
C) "Troco um passarinho na gaiola"
D) "por uma andorinha em pleno voo"

Questão 10

"O pedido feito através de um Ofício _____ do (ao) Requerimento, porque o Ofício é uma correspondência _____ utilizada entre órgãos públicos de administração _____. É uma correspondência _____." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) difere / interna / municipal / padronizada
B) difere / externa / direta e indireta / oficial
C) equivale / interna / exclusivamente indireta / oficial
D) equivale / externa / exclusivamente direta/ padronizada

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 11

Com fulcro na Lei Federal nº 4.886/1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, analise as afirmativas a seguir.

I. O candidato ao registro, como representante comercial, quando estrangeiro, é desobrigado da apresentação dos documentos em que conste estar em dia com as exigências da legislação eleitoral.

II. Não poderá ser representante comercial aquele que, porventura, tenha sido condenado por crimes também punidos com a perda de cargo público.

III. Da decisão proferida pelos conselhos regionais, a respeito do processo disciplinar, caberá recurso inominado, com efeito suspensivo, para o conselho federal.

IV. Os conselhos regionais terão que prestar contas no primeiro dia útil do mês de fevereiro de cada ano ao conselho federal.

Está INCORRETO o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) II e IV.
C) III e IV.
D) I, III e IV.

Questão 12

Cora, representante comercial da sociedade empresária Emepê Ltda., é credora da importância de R$ 5.000,00 referente à comissões vencidas. Tal empresa, por motivos financeiros, entrou em recuperação judicial no primeiro semestre de 2023. Considerando a situação hipotética, os créditos devidos à Cora serão considerados créditos

A) com garantia real, pois são créditos advindos do direito real de garantia.
B) extraconcursais, pois são despesas oriundas de garantia sobre bens móveis.
C) da mesma natureza dos créditos trabalhistas para fins de inclusão no plano de recuperação judicial.
D) quirografários, ou seja, créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido.

Questão 13

O contrato de agência disposto na Lei Federal nº 10.406/2002 trata-se de contrato típico, estando direitos e obrigações dos contratantes disciplinados de forma específica na lei. Considerando o contrato em comento, analise as afirmativas a seguir.

I. Salvo ajuste, a exclusividade de zona e de agenciamento é cláusula implícita do contrato de agência**.**

II. De acordo com o código civil, são obrigações do agente arcar com todas as despesas para o desempenho de suas atribuições contratuais, salvo estipulação diversa no contrato.

III. Caberá ao juiz decidir sobre a razoabilidade do prazo e do valor devido, em caso de divergência entre as partes.

IV. A remuneração será devida ao agente também quando o negócio deixar de ser realizado por fato imputável ao proponente.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 14

A sociedade empresária *Gellatos* SA firmou com José determinado contrato de agência. Está em DESCONFORMIDADE com o que disciplina a Lei Federal nº 10.406/2002, no que diz respeito ao contrato de agência, a seguinte definição contratual firmada com José:

A) José terá direito à remuneração correspondente aos negócios concluídos dentro de sua zona, ainda que sem a sua interferência.
B) Se José não puder continuar o trabalho por motivo de força maior, terá direito à remuneração correspondente aos serviços realizados.
C) Aplicam-se ao contrato firmado entre José e a sociedade empresária *Gellatos* SA, no que couber, as regras concernentes ao mandato e à comissão.
D) Se José for dispensado sem justa causa, terá direito de ser remunerado pelos serviços úteis prestados à sociedade empresária *Gellatos* SA, excluindo-se os negócios que ainda estejam pendentes.

Questão 15

A Resolução nº 2.058/2022 estabelece finalidades, diretrizes e objetivos de atuação educativa, preventiva e punitiva, sobre a fiscalização do exercício profissional dos representantes comerciais em âmbito nacional, na gestão 2022/2025. Considerando a normativa em comento, é correto afirmar que:

A) Cabe ao conselho federal elaborar semestralmente o plano regional de fiscalização.
B) Os conselhos regionais poderão instituir, mediante Portaria, comissão de fiscalização com atribuições previstas no processo administrativo fiscalizatório.
C) A fiscalização do exercício da atividade de representação comercial tem por objetivo incentivar os agentes fiscais no sentido do desenvolvimento contínuo profissional.
D) A fiscalização preventiva objetiva a execução de programas específicos para promover ações tais como a ampla informação aos representantes comerciais acerca da exigência legal do registro profissional no seu conselho de classe.

Questão 16

Considerando o disposto na Resolução nº 2.058/2022 sobre a natureza das ações de fiscalização, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Educativa.
2. Preventiva.
3. Corretiva.
4. Punitiva.

( ) Apuração de denúncias formalizadas e fundamentadas.
( ) Realização de palestras e seminários na sede ou em instituições conveniadas, com conteúdo voltado à representação comercial.
( ) Envio de auto de constatação.
( ) Encaminhamento de comunicação/denúncia do exercício ilegal da profissão ao órgão ministerial competente.

A sequência está correta em

A) 1, 2, 3, 4.
B) 2, 1, 3, 4.
C) 3, 4, 1, 2.
D) 4, 3, 2, 1.

Questão 17

Determinado Conselho Regional de Representantes Comerciais possui, em seu quadro de servidores, agentes de apoio administrativo, agentes fiscais, dentre outros. Considerando tais informações, trata-se de uma das atribuições do agente fiscal descrita na Resolução nº 2.058/2022, sem prejuízo daquelas previstas em edital de concurso público e/ou Portaria de nomeação:

A) Cadastrar os fiscalizados no sistema informatizado.
B) Elaborar relatórios mensais de suas atividades desenvolvidas.
C) Elaborar e manter atualizados os controles e arquivos do setor de fiscalização.
D) Realizar busca de profissionais autônomos atuando na representação comercial, por meio de todos os canais de informações legalmente permitidos.

Questão 18

Considerando o Código de Ética dos Representantes Comerciais, compete aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, em suas respectivas bases territoriais, apurar as faltas e punir disciplinarmente os representantes comerciais sem prejuízo da sanção cível ou penal que couber. Em relação ao processo disciplinar, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O processo será iniciado por determinação do presidente do conselho regional que, através de Portaria, fará a distribuição a um de seus membros, para presidi-lo.
B) As infrações disciplinares serão apuradas em processo administrativo, mediante representação de qualquer autoridade pública; ou pessoa interessada; ou, de ofício pelo conselho regional.
C) Apresentada a defesa prévia, ou decorrido o prazo para fazê-la, o presidente do processo determinará, por despacho, que se realizem, no prazo de vinte dias, as provas necessárias ou convenientes para a apuração da representação.
D) Após o recebimento do recurso, o presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por meio de despacho fundamentado, indicará um dos conselheiros que compõem o Plenário para exercer a função de relator do recurso, que o presidirá em todos os seus trâmites.

Questão 19

Considerando o que disciplina a Lei Federal nº 4.886/1965 a respeito da composição e mandato dos membros dos conselhos regionais, é correto afirmar que:

A) Os conselhos regionais terão, no máximo, cinquenta e, no mínimo, trinta membros fixados pelo conselho federal.
B) Os mandatos dos membros do conselho federal e dos conselhos regionais serão de dois anos exercidos gratuitamente.
C) Um quinto dos membros os conselhos regionais serão de representantes comerciais no exercício efetivo da profissão, eleitos em assembleia-geral realizada no sindicato da classe.
D) Os conselhos regionais serão compostos por dois terços de seus membros constituídos pelo presidente do sindicato da classe mais antigo do respectivo Estado e por diretores de sindicatos da classe, do mesmo Estado, eleitos em assembleia-geral.

Questão 20

À luz do Código de Ética dos Representantes Comerciais, no que concerne às sanções administrativas, assinale a afirmativa correta.

A) Nas faltas leves, sendo o infrator primário, a penalidade será a pena de multa até a importância equivalente ao maior salário-mínimo do país.
B) As faltas graves são punidas com o impedimento do exercício profissional, por até três anos, e o cancelamento de registro com apreensão da carteira profissional.
C) Em faltas de extrema gravidade, nas quais não concorram motivos atenuantes, a suspensão do registro poderá ser aplicada, preliminarmente, em caráter preventivo.
D) A prática constante de faltas leves, cuja reincidência sucessiva evidencie a incompatibilidade do infrator para com o exercício profissional, importará na aplicação da penalidade de suspensão do registro profissional por, no mínimo, dois anos.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Os autos de quatro processos administrativos instaurados no âmbito do CORE-MG foram remetidos a Elesbão, advogado da autarquia, a fim de que emitisse pareceres jurídicos quanto à regularidade dos feitos. Após compulsar os autos, Elesbão identificou que:

I. O primeiro processo dava conta de pagamentos feitos a determinado servidor em 2010, sem lastro legal, resultantes de interpretação equivocada de lei, sem configuração de má-fé de quaisquer dos envolvidos.
II. O segundo tratava-se de processo administrativo disciplinar, instaurado por Portaria que não detalhou os fatos a serem apurados.
III. No terceiro processo, determinado servidor, ocupante de cargo de direção, havia decidido recurso de empresa cujo representante era seu primo.
IV. No quarto e último processo, houve a delegação de competências de um órgão a outro que não lhe era hierarquicamente subordinado, pelo prazo de duração de três meses.

Assinale, a seguir, uma conclusão correta de Elesbão frente aos elementos apurados.

A) A Portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
B) A decisão de recurso proferida no terceiro processo é nula, uma vez que o servidor estava impedido de atuar no processo administrativo.
C) O ato praticado no âmbito do primeiro processo administrativo poderá ser anulado a qualquer tempo, em razão do prejuízo do patrimônio público.
D) O ato de delegação a órgão não hierarquicamente subordinado é regular, desde que se observe a impossibilidade de sua revogação no prazo de duração estabelecido.

Questão 22

Sobre a matéria das licitações e contratos administrativos conforme prevista na Lei Federal nº 8.666/1993 e jurisprudência correlata, analise as afirmativas a seguir.

I. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
II. A contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, gera lesão ao erário (dano *in re ipsa*), na medida em que o poder público perde a oportunidade de contratar melhor proposta.
III. A alegação de nulidade contratual fundamentada na ausência de licitação não exime o dever de a Administração Pública pagar pelos serviços efetivamente prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, quando comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de haver o contratado concorrido para a nulidade.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) I e III, apenas.

Questão 23

Visando à eficiente gestão de seu patrimônio, pretende-se instruir, no âmbito do Conselho Regional de Representantes Comerciais, processos tendentes a: (i) alienar bem imóvel dominical, cuja aquisição foi derivada de dação em pagamento; e, (ii) contratar serviço comum de engenharia. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

A) Não é possível a alienação do imóvel citado.
B) O pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia.
C) A alienação, dentre outros requisitos, será derivada de licitação na modalidade leilão, enquanto o serviço comum de engenharia poderá ser contratado mediante pregão.
D) A alienação de bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição tenha sido derivada de dação em pagamento demanda autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

Questão 24

Tendo em vista a natureza jurídica do Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os conselhos de fiscalização profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito público.
( ) Os conselhos de fiscalização profissionais não podem registrar seus veículos como oficiais porque compõem a Administração Pública indireta e o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) autoriza apenas o registro de veículos oficiais da Administração direta.
( ) Os conselhos profissionais têm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, exceto no que concerne à cobrança de anuidades e à aplicação de sanções.
( ) As anuidades devidas aos conselhos profissionais constituem contribuição de interesse das categorias profissionais, de natureza tributária, sujeita a lançamento de ofício.

A sequência está correta em

A) F, F, F, V.
B) V, F, V, F.
C) V, V, F, V.
D) F, V, V, F.

Questão 25

O Art. 1º da Constituição de 1988 declara que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito. O Estado de Direito pode ser identificado, dentre outros, pelos seguintes fundamentos:

A) Dignidade da pessoa humana, cidadania e garantia dos direitos sociais.
B) Igualdade jurídica, concentração de poder e controle de constitucionalidade das leis.
C) Supremacia da legalidade, sistema horizontal de normas jurídicas e separação de poderes.
D) Legalidade ampla e administrativa, separação de poderes e estabelecimento dos direitos e garantias fundamentais.

Questão 26

A respeito da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

I. A norma constitucional que proíbe o estrangeiro de se alistar como eleitor é de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
II. A Constituição determina que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. Trata-se de uma norma de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
III. A norma constitucional que determina que a criação dos Territórios Federais se dará por meio de lei complementar é de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.
IV. A norma constitucional que determina ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, é de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 27

A Constituição Federal de 1988 confere ao Supremo Tribunal Federal (STF) algumas competências originárias e recursais. Sobre tais competências, assinale a afirmativa correta.

A) É competência originária do STF a homologação de sentenças estrangeiras.
B) O STF possui competência originária para o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
C) Ao STF compete, originariamente, processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.
D) Pelo princípio da reserva constitucional de competência originária, as competências do STF estão explicitadas na Constituição Federal de forma exemplificativa, podendo o seu Regimento Interno definir outras compatíveis com o exercício da sua função.

Questão 28

Sobre o mandado de injunção, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Requer a existência de uma norma constitucional de eficácia limitada que disponha sobre direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

( ) A omissão legislativa, no tocante à falta de norma regulamentadora, deve ser total.

( ) Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem impetrar mandado de injunção.

( ) O Ministério Público é parte legítima para impetrar mandado de injunção coletivo quando a tutela for relevante à defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.

A sequência está correta em

A) V, F, V, V.
B) V, V, F, F
C) F, F, V, F.
D) F, V, F, V.

Questão 29

Na vasta teia do mundo jurídico, os negócios jurídicos desempenham um papel fundamental na vida das pessoas e das empresas. São atos ou acordos voluntários entre as partes, com o objetivo de criar, modificar ou extinguir direitos e deveres. No entanto, como em qualquer empreendimento humano, os negócios jurídicos não estão isentos de imperfeições e fragilidades; também estão suscetíveis a defeitos ou vícios que podem comprometer sua validade, eficácia ou até mesmo torná-los nulos. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, analise as afirmativas a seguir.

I. São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

II. O erro prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

III. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.

IV. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) III e IV.

Questão 30

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), com as alterações da Lei nº 14.181/2021, trouxe importantes mudanças para prevenção e tratamento do superendividamento no Brasil. O superendividamento ocorre quando o consumidor contrai dívidas de forma excessiva e não consegue mais honrar seus compromissos financeiros de forma sustentável, levando-o a uma situação de vulnerabilidade econômica. O CDC estabelece mecanismos para proteger os consumidores superendividados, oferecendo uma oportunidade de renegociação das dívidas em condições mais favoráveis e possibilitando uma saída da situação de endividamento descontrolado. Além disso, busca prevenir o superendividamento, incentivando práticas mais responsáveis por parte das instituições financeiras e dos fornecedores de crédito. Assim, é vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor publicitária ou não:

A) Ocultar ou dificultar a compreensão sobre os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda à vista.
B) Indicar que a operação de crédito não poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.
C) Condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios ou depósitos judiciais.
D) Assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, mulheres, adolescentes, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio.

Questão 31

No Código de Processo Civil (CPC) brasileiro, estão previstos diversos recursos que visam garantir a revisão das decisões judiciais e a correção de eventuais equívocos no curso do processo. Os recursos são instrumentos essenciais para a concretização do princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, permitindo que as partes insatisfeitas com uma decisão judicial possam levar a questão para uma instância superior. Sobre os recursos no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
B) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão poderá recorrer.
C) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
D) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Questão 32

No Código de Processo Civil (CPC) brasileiro, os atos processuais são as diversas manifestações realizadas no decorrer de um processo judicial. Estes atos podem ser praticados pelas partes envolvidas no litígio, pelos advogados, pelo juiz e, até mesmo, por terceiros que eventualmente participem do processo. Os atos processuais têm como objetivo fazer com que o processo siga seu curso regular, garantindo a ampla defesa, o contraditório e a busca pela verdade dos fatos. Em relação aos atos processuais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Interrompem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a autocomposição, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos.

( ) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores de escritórios de advocacia distintos terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

( ) Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado.

( ) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

A sequência está correta em

A) F, V, F, V.
B) V, F, F, V.
C) F, V, V, V.
D) V, V, F, F.

Questão 33

A figura do terceiro designado por lei, obrigado ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, que não pratica e nem tem vinculação pessoal com o fato gerador está expressamente identificada na legislação tributária; assinale-a.

A) Contribuinte.
B) Responsável.
C) Sujeito ativo da obrigação tributária.
D) Sujeito passivo direto da obrigação tributária.

Questão 34

O lançamento é o procedimento que confere exigibilidade ao crédito tributário. Por meio dele torna-se possível a cobrança de impostos. Além disso, de acordo com o previsto na legislação tributária, o lançamento

A) constitui o devedor em mora.
B) compete privativamente à autoridade judicial.
C) surge após a constituição do crédito tributário.
D) permite identificar a matéria tributável e o montante do tributo devido.

Questão 35

Em caso de infração à legislação tributária, são previstas sanções. No que concerne as formas de punição imposta ao contribuinte ou terceiro que comete uma infração tributária:

A) É lícito proibir que o contribuinte em débito despache mercadorias nas alfândegas.
B) Admite-se a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para a cobrança de tributos.
C) É juridicamente legítima a apreensão de mercadorias como meio para pagamentos de tributos.
D) É constitucional a imposição de multa de natureza punitiva fixada em até 100% do valor do tributo devido.

Questão 36

Na organização do sistema tributário nacional existe a competência para criar tributos com seus elementos essenciais, por meio de lei. A competência tributária não pode ser delegada para fins de:

A) Fiscalização.
B) Arrecadação de tributos.
C) Definição de hipótese de incidência de tributo.
D) Execução de decisões administrativas no âmbito tributário.

Questão 37

A autonomia permitida pelo direito coletivo do trabalho é importante fonte de regulação dos direitos dos empregados. Sobre as disposições encontradas em acordos ou convenções coletivas de trabalho, analise as alternativas a seguir.

I. Regulação de teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.
II. Enquadramento do grau de insalubridade.
III. Redução de adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
IV. Supressão de seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vigente, poderia ser considerado objeto de negociação através de acordo ou convenção coletiva de trabalho o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 38

As garantias de emprego são oriundas de situações transitórias que promovem a manutenção do vínculo empregatício. Analise os cargos a seguir.

I. Dirigente sindical.
II. Representante dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social.
III. Membro da Comissão de Representantes dos Empregados.
IV. Representante dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS.

Nos termos da legislação vigente, são considerados empregados que têm garantia de emprego a partir da candidatura ao cargo indicado anteriormente, até um ano, após o final do respectivo mandato, os ocupantes dos cargos indicados em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 39

Tendo em vista que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um instrumento fundamental de garantia do trabalhador em caso de extinção do contrato de trabalho, analise as ocorrências indicadas a seguir.

I. Quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.
II. Falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes.
III. Despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.
IV. Aposentadoria concedida pela Previdência Social.

Nos termos Lei do FGTS – Lei nº 8.036/1990, são consideradas ocorrências que permitem a movimentação da conta do FGTS o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 40

Considerando que o aviso prévio é um direito do trabalhador que consiste em ser comunicado com antecedência sobre o final do contrato de trabalho, analise os casos a seguir.

I. Empresa A, com empregado contratado com recebimento por mês, com treze meses de serviço, concedeu aviso prévio de 33 dias, optando o empregado por reduzir seu horário normal de trabalho em duas horas diárias durante o prazo do aviso.
II. Empresa B, com empregado contratado com recebimento por mês, com onze meses de serviço, concedeu aviso prévio de 30 dias, optando o empregado por reduzir o período do aviso em sete dias corridos.
III. Empresa C, com empregado com recebimento por mês, em contrato de experiência de noventa dias, comunicou a resolução do contrato de trabalho, ao final daquele período, sem a concessão do aviso prévio.
IV. Empresa D, com empregado contratado com recebimento por mês, com onze meses de serviço, concedeu o aviso prévio durante o prazo de 30 dias, com opção do empregado pela redução de sua jornada em duas horas. Durante o cumprimento do aviso, o empregado atuou com incontinência de conduta, rescindindo imediatamente o contrato de trabalho, perdendo, o empregado, os dias restantes de aviso prévio.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) vigente, estão corretas as concessões de aviso prévio e ocorrências a ele relativas indicadas nas afirmativas

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, é constituída de 1 (uma) questão discursiva relacionada aos conhecimentos específicos do cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível, ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	**18 pontos**
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	**12 pontos**
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. **2.** O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Após a realização de eleição para diretoria do CORE-MG, o novo diretor, responsável pelo setor financeiro, questiona o Advogado Júnior da instituição sobre a anuidade paga ao Conselho e sua cobrança, de acordo com a recente jurisprudência do STJ. Disserte atendendo às seguintes indagações:

- Qual a natureza jurídica das anuidades cobradas pelos conselhos de fiscalização profissional?
- Qual o fato gerador para a constituição da obrigação de pagamento da anuidade?
- Qual é o ato que dá exigibilidade à obrigação, para que possa ser cobrada do representante comercial?
- Dentre as espécies possíveis deste ato constitutivo, qual é o apropriado para a constituição do crédito relativo à anuidade? Em caso de execução fiscal, qual o juízo competente para o seu processamento?
- Pode o Conselho ingressar em juízo com o executivo fiscal imediatamente após o vencimento de uma anuidade ou, nesse aspecto, há impedimentos para tal?

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e uma Prova Discursiva apenas para o cargo de Advogado Júnior.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva – Advogado Júnior) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental e nível médio e 4 (quatro) horas para o cargo de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva – Advogado Júnior).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva – Advogado Júnior) devidamente assinados em local indicado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.